



Simulado Especial

# TRT AL

Analista Judiciário  
Área Administrativa  
**Pós-Edital**

# Simulado Especial

Simulado TRT AL – Técnico Judiciário – Área Administrativa – Pós edital

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT AL;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-AJAA-12-11>

- |            |            |            |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

**CONHECIMENTOS GERAIS****PORTUGUÊS**

Fabricio Dutra

Sabemos que o processo da adoção no Brasil ainda é muito complicado e burocrático. Além disso, após o processo de adoção, é imprescindível todo o processo de adaptação da criança adotada e da família, sendo necessária, neste período, uma convivência maior dos envolvidos.

A licença maternidade ou licença gestante consiste na garantia constitucional que a mulher possui de uma licença remunerada para que possa se dedicar em tempo integral à criança. Garantia esta, que também se aplica aos servidores públicos.

Quando a mulher adotante é empregada pelo regime celetista, ou quando é segurada do INSS (como no caso das autônomas que contribuem), elas têm o direito ao benefício da licença-maternidade no prazo de 120 (cento e vinte dias).

No ano de 2008, o Governo, com o objetivo de ampliar esse prazo, editou a Lei nº 11.770/2008 criando o programa "Empresa Cidadã". Em troca de incentivos fiscais, a empresa pode conceder à empregada uma licença maternidade estendida de 180 (cento e oitenta) dias.

As empresas não são obrigadas a aderirem ao programa. O art. 5º da Lei nº 11.770/2008 previu que a pessoa jurídica que aderir ao programa "Empresa Cidadã" poderá deduzir do imposto de renda o total da remuneração integral da empregada pago nos dias de prorrogação de sua licença-maternidade. Referida dedução diz respeito somente aos 60 (sessenta) dias de prorrogação.

No âmbito da Administração Pública, que rege os direitos dos servidores públicos, existe o Decreto nº 6.690/2008 que institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante.

Ocorre que a adesão ao referido programa é pequena, já que a dedução do imposto de renda só vale para empregadores que sejam pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, o que exclui a grande maioria das empresas deste benefício. Nessa linha as empresas públicas não possuem qualquer incentivo para conceder a licença prorrogada. Em virtude disso, a adesão ao programa é muito baixa.

**01.** Sobre os aspectos gramaticais presentes no primeiro e no segundo parágrafos, assinale a alternativa correta.

- a) No primeiro período, há duas ocorrências de sujeito desinencial.
- b) A vírgula após a expressão 'disso' é de uso facultativo.
- c) A expressão 'sendo necessária' poderia ser corretamente grafada da seguinte forma: 'sendo necessário'.
- d) No início do segundo parágrafo, se o verbo 'consiste' fosse reescrito no plural 'consistem', a correção gramatical seria prejudicada.
- e) Em 'também se aplica', a partícula 'se' tem valor reflexivo.

**02.** Em relação às ideias apresentadas no texto, assinale a alternativa correta:

- a) É praticamente impossível realizar uma adoção no Brasil.
- b) Para ter a licença-maternidade no prazo de 120 dias, a mulher adotante precisa obrigatoriamente ser empregada pelo regime celetista.
- c) A constituição garante às mães, celetistas ou servidoras públicas, um tempo para se dedicar aos filhos.
- d) As empresas, a partir de 2008, foram compelidas a aumentar o período de licença maternidade.
- e) O programa 'Empresa Cidadã' contou grande número de adesões pelo país.

**03.** Sobre os aspectos gramaticais presentes no terceiro e no quarto parágrafos, assinale a alternativa correta.

- a) No terceiro parágrafo, a conjunção 'Quando' introduz oração que apresenta valor de 'condição'.
- b) No período 'No ano de 2008, o Governo, com o objetivo de ampliar esse prazo, editou a Lei nº 11.770/2008 criando o programa "Empresa Cidadã".', todas as vírgulas foram empregadas de acordo com a mesma regra.
- c) Na expressão 'No ano de 2008,' a vírgula foi empregada com valor explicativo.
- d) O termo 'ao benefício da licença-maternidade', no quarto parágrafo, exerce a função de objeto indireto.
- e) O termo 'à empregada' pode ser reescrito, com manutenção da correção gramatical e dos sentidos originais, da seguinte forma: à qualquer empregada.

**04.** Em relação à expressão destacada em “Ocorre que a adesão ao referido programa é pequena, já que a dedução do imposto de renda só vale para empregadores que sejam pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, o que exclui a grande maioria das empresas deste benefício.”, assinale a alternativa correta.

- a) Ela apresenta valor de consequência e introduz oração subordinada adverbial.
- b) Ela poderia ser substituída, com manutenção gramatical, por ‘por isso’.
- c) Ela apresenta valor de causa e poderia ser substituída por ‘na medida em que’.
- d) Ela introduz oração coordenada sindética explicativa.
- e) Ela poderia ser substituída corretamente por ‘dado que’ ou ‘de modo que’.

**05.** a empresa pode conceder à empregada uma licença maternidade estendida de 180 (cento e oitenta) dias.

Sobre a ocorrência de acento grave de crase no período acima, assinale a alternativa correta.

- a) O acento grave continuaria obrigatório se fosse inserido o termo ‘cada’, antes de ‘empregada’.
- b) O acento grave é facultativo.
- c) O acento grave continuaria acontecendo se fosse inserido o pronome ‘mesma’ antes do termo ‘empregada’.
- d) O acento grave é decorrente da presença de uma locução feminina.
- e) O acento grave seria facultativo, se fosse inserido o termo ‘essa’, antes de ‘empregada’.

**06.** Em virtude disso, a adesão ao programa é muito baixa.

A expressão destacada acima apresenta valor semântico de:

- a) causa
- b) explicação
- c) concessão
- d) conformidade
- e) consequência

**07.** No âmbito da Administração Pública, que rege os direitos dos servidores públicos.

No texto acima, o termo que exerce a função sintática de:

- a) objeto direto
- b) predicativo do sujeito
- c) adjunto adnominal
- d) sujeito
- e) predicativo do objeto

**08.** Ocorre que a adesão ao referido programa é pequena, já que a dedução do imposto de renda só vale para empregadores que sejam pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, o que exclui a grande maioria das empresas deste benefício. Nessa linha as empresas públicas não possuem qualquer incentivo para conceder a licença prorrogada. Em virtude disso, a adesão ao programa é muito baixa.

Sobre o fragmento acima, assinale a alternativa correta:

- a) O termo ‘que’, na sua primeira ocorrência, é um pronome indefinido.
- b) A expressão ‘a maioria das empresas’ é um sujeito partitivo.
- c) O termo ‘muito’ é um pronome indefinido.
- d) Poderia ser inserida corretamente uma vírgula, após o termo ‘linha’.
- e) O termo ‘ao programa’ funciona como adjunto adnominal.



09. Sobre o quadrinho, acima julgue os itens a seguir:

- I. O questionamento feito pelo personagem deriva das precárias condições de trabalho do Brasil.
- II. O termo 'por justiça' funciona como complemento nominal.
- III. A expressão 'Pois então...' tem valor retórico.

Está correta ou estão corretas:

- a) Todas
- b) II e III
- c) II
- d) I e II
- e) III

10. O nome foi sendo alterado para...

Assinale abaixo a oração em que ocorre a mesma voz verbal que a que ocorre no período acima.

- a) Sempre achei que o nosso país fosse parecido com o dele.
- b) Acreditou-se em tudo o que você disse.
- c) Hoje ele foi completamente influenciado pelos amigos.
- d) Ele era bastante atrevido.
- e) As crianças têm feito um bom trabalho.

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO**

Eduardo Mocelin

11. Considere as seguintes sentenças:

- Seja uma pessoa atenta.
- Se eu me dedicar aos estudos, serei aprovado.
- Alguém é técnico judiciário do TRT AL.
- Esta frase é uma falsidade.
- $(2\%)^2 > 3\%$ .

Quantas dessas sentenças são proposições?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

12. Considere a afirmação: Se envernizei porta, então não pude lavar a louça. Uma afirmação equivalente a esta é

- a) Se pude lavar a louça, então não envernizei porta.
- b) Se não envernizei porta, então pude lavar a louça.
- c) Ou envernizei porta ou não pude lavar a louça.
- d) Envernizei porta e não pude lavar a louça.
- e) Pude lavar a louça e não envernizei porta.

13. Considere verdadeiras as afirmações:

- Eduardo é engenheiro ou Pedro é pedreiro.
- Saulo é soldador ou Eduardo não é engenheiro.
- Caio é contador ou Pedro não é pedreiro.

Caio não é contador, portanto,

- a) Pedro é pedreiro e Eduardo é engenheiro.
- b) Pedro não é pedreiro e Eduardo não é engenheiro.
- c) Saulo é soldador e Eduardo é engenheiro.
- d) Eduardo é engenheiro e Saulo não é soldador.
- e) Pedro não é pedreiro e Saulo não é soldador.

14. Considere os seguintes conjuntos A e B:

$$A = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

$$B = \{2, 3, 5, 7\}$$

Levando-se em consideração o conjunto universo  $U = \{x \in \mathbb{N} \mid 1 \leq x \leq 8\}$ , assinale a alternativa que apresenta o conjunto  $(A - B)^c$ , em que  $X^c$  denota o conjunto complementar de  $X$ .

- a)  $\emptyset$
- b)  $\{1, 4, 6\}$
- c)  $\{2, 3, 5, 7\}$
- d)  $\{1, 2, 3, 5, 7\}$
- e)  $\{2, 3, 5, 7, 8\}$

15. Em um grupo de adolescentes que gostam somente de sinuca ou somente de bicicross, a razão entre o número de adolescentes que gostam de sinuca e de bicicross é 7 para 4. Sabendo-se que o número de adolescentes que gostam de sinuca é 33 unidades maior do que o número de adolescentes que gostam de bicicross, o número total de adolescentes do grupo é:

- a) 77.
- b) 88.
- c) 99.
- d) 110.
- e) 121.

### LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
  - II. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, poderá ser apurado via sindicância.
  - III. A advertência e a suspensão terão sua ação disciplinar prescrita em 2 (dois) anos, a contar da data em que o fato se tornou conhecido.
  - IV. A absolvição criminal que negue a existência do fato, ou sua autoria, afasta a responsabilidade administrativa do servidor.
- a) Apenas I e II.
  - b) Apenas II e IV.
  - c) Apenas I, II e III.
  - d) Apenas I, III e IV.
  - e) Apenas II, III e IV.

17. Assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 9.784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- a) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegada.
- b) As matérias de competência privativa do órgão não podem ser objeto de delegação.
- c) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
- d) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- e) Em regra, a competência é renunciável, uma vez que se admite delegação e avocação.

**18.** No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a Lei nº. 8.429/1992 e suas atualizações.

- a) Caso não haja a comprovação de ato doloso com fim ilícito no exercício da função ou desempenho de competências públicas, não haverá, por conseguinte, a responsabilidade por cometimento de improbidade administrativa.
- b) Configura-se improbidade administrativa a ocorrência de condutas dolosas previamente tipificadas, compreendidas como aquelas que são dotadas de vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.
- c) Não configura improbidade administrativa a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
- d) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, mesmo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos.
- e) Caso um particular celebre convênio, ou contrato como o de gestão, com a administração pública, recebendo recursos de origem pública, essa relação estará sujeita à sanções previstas pela referida Lei.

**19.** Josefina é pessoa com deficiência e deseja saber sobre o que prevê a Lei nº 13146/2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sobre sua capacidade civil. Nesses termos, julgue os itens a seguir.

- I. Tal norma reformulou a teoria das incapacidades, de modo que Josefina deve ser, presumidamente, tida como pessoa natural dotada de capacidade civil plena.
- II. Caso Josefina estivesse curatelada, poderia realizar uma laqueadura sem a autorização de seu curador.
- III. Josefina, estando sob curatela, ao requerer a emissão de uma nova via de seu documento de Registro Geral, deverá contar com a presença do curador devido à seriedade do pedido.
- IV. É facultada à pessoa com deficiência a adoção do processo de tomada de decisão apoiada, que substituirá a curatela nas situações onde o indivíduo se encontra impossibilitado de exprimir a vontade, relativamente incapaz.

Está (ão) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) III e IV
- e) I, II e IV.

**20.** Nos termos do Regimento Interno do TRT da 19ª Região, é correto afirmar exceto:

- a) A antiguidade dos Desembargadores e Juízes conta-se, para quaisquer efeitos, a partir do efetivo exercício.
- b) João e Paula são irmãos e magistrados junto ao TRT da 19ª Região, caso um deles vote em um julgamento, excluirá a participação do outro no julgamento.
- c) Os Desembargadores do Tribunal tomarão posse perante o Tribunal Pleno ou perante o Presidente do Tribunal dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo idêntico o prazo para sua entrada em exercício.
- d) O quórum para funcionamento do Tribunal Pleno é a presença da metade mais um do número de seus membros, incluído o Presidente da sessão, ou dividido em Turmas.
- e) Para que haja a instalação do Tribunal Pleno é preciso o quórum de, no mínimo, 3 (três) magistrados.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Emerson Bruno

**21.** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.
- b) É plena a liberdade de associação para fins ilícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- d) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação depende de licença dos órgãos de controle.
- e) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização prévia do poder público.

**22.** Entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, consta o da eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Esse direito social é previsto expressamente na Constituição Federal para o âmbito das empresas com mais de

- a) 700 empregados.
- b) 500 empregados.
- c) 100 empregados.
- d) 200 empregados.
- e) 50 empregados.

**23.** Simão e seus primos Silas, Moisés e Diego pretendem trabalhar na empresa W objetivando juntar recursos financeiros para uma viagem internacional quando completarem 15 anos de idade. Considerando que Simão possui quatorze anos e dois meses de idade, Silas possui treze anos, Moisés doze anos e Diego quatorze anos e seis meses de idade, de acordo com a Constituição Federal,

- a) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
- b) todos podem exercer o trabalho, mas Silas e Moisés só podem exercer na condição de aprendiz.
- c) somente Simão e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
- d) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém Silas só pode exercer na condição de aprendiz.
- e) todos podem exercer o trabalho, mas Moisés só pode exercer na condição de aprendiz.

**24.** O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, exerce, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de:

- a) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.
- b) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
- c) segundo grau, cujas decisões não terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
- d) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- e) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Supremo Tribunal Federal.



25. No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal:

- a) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.
- b) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- d) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- e) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

Fabiano Pereira

26. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.

- a) A eficiência orienta que a atuação e o controle da Administração Pública pelo resultado não exige prestação ou perfeição na sua atividade administrativa.
- b) A Súmula Vinculante 13, que trata sobre o nepotismo, aplica-se, inclusive, aos cargos políticos.
- c) O princípio da publicidade exige que todos os atos da Administração pública devem ser de conhecimento dos administrados, para que possam exercer o devido controle.
- d) A impessoalidade é o princípio de direito administrativo que objetiva o tratamento igualitário aos administrados por parte da Administração, representando um desdobramento do princípio da isonomia.
- e) A moralidade comum pauta as condutas ocorridas no âmbito interno da Administração Pública, enquanto a moral administrativa orienta as atividades externas, realizadas no convívio social entre particulares.

27. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/1992, não se enquadra como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;
- b) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- c) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;
- d) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;
- e) agir ilícitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

**28.** Assinale a alternativa incorreta sobre a Lei n. 14.133/2021:

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista estão obrigadas a licitar nos moldes previstos na Lei 14.133/21.
- b) O processo licitatório tem por objetivo, dentre outros, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.
- d) Os tipos de licitação são critérios adotados para a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.
- e) A definição do agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

**29.** Sobre o Regime Jurídico Único do servidor, assinale a alternativa correta:

- a) Para ocupar cargo de provimento efetivo regido pela Lei nº 8.112/1990, torna-se prescindível que o interessado seja aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) Trata-se de ato discricionário da Administração Pública a prorrogação do prazo de validade de concurso público, por quantas vezes entender conveniente e oportuno.
- c) Até 20% das vagas em concursos públicos federais devem ser reservadas para pessoas com deficiência.
- d) O portador de visão monocular não pode concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência em concursos públicos.
- e) O prazo para o servidor entrar em exercício é de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

**30.** No que se refere à responsabilidade Extracontratual do Estado, assinale a alternativa incorreta:

- a) A responsabilidade civil do Estado não se confunde com a responsabilidade civil, penal ou administrativa dos agentes públicos responsáveis pelo dano.
- b) Em regra, a responsabilidade civil do Estado é de natureza objetiva.
- c) Pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, inclusive àqueles que não estejam usufruindo dos serviços prestados.
- d) As empresas públicas e sociedades de economia mista, exploradoras de atividades econômicas, não são alcançadas pela responsabilidade civil objetiva.
- e) A teoria do órgão declara que os atos praticados pelos agentes públicos não são imputados ao Estado, já que este não possui condições de se expressar por conta própria.

#### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Bruno Klippel

**31.** O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

**32.** A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) agravos de instrumento retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.
- c) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
- d) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
- e) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

**33.** Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta (art. 676, parágrafo único, do CPC de 2015).
- b) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, ex officio, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.
- c) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
- d) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
- e) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

**34.** Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

**35.** A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência

- a) a empresa Z, somente.
- b) a empresa X, somente.
- c) as empresas X e Y, somente.
- d) as empresas Y e Z, somente.
- e) as empresas X, Y e Z.

**36.** Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
- d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.
- e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

**37.** No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.
- b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.
- c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.
- d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

**38.** Para processar e julgar uma ação reclamatória trabalhista ou um dissídio coletivo, tanto o magistrado do trabalho como o desembargador do Tribunal Regional deverão reger-se pelas normas estabelecidas

- a) na Consolidação das Leis do Trabalho e, nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com essas normas.
- b) no Código de Processo Civil e, de forma subsidiária, por normas gerais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) na Constituição Federal e no direito processual comum, diante da ausência de regras específicas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) somente no Código Processual Civil, conforme o poder de direção geral do processo determinado aos Juízos e Tribunais do Trabalho.
- e) na Consolidação das Leis do Trabalho ou na Lei de Execuções Fiscais, ou ainda, no Código Processual Civil, cabendo a escolha às partes, conforme a situação, e de acordo com a fase processual.

**39.** A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre a organização dos Poderes do Estado, com capítulo próprio sobre o Poder Judiciário. De acordo com tais normas, são órgãos da Justiça do Trabalho:

- a) Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.
- b) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça e Varas do Trabalho.
- c) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho.
- d) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho atuando em Varas do Trabalho.
- e) Supremo Tribunal do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal e Varas do Trabalho.

**40.** Sobre a organização, jurisdição e competência da Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que

- a) a Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra decorrentes da relação de trabalho, visto que por envolver trabalho marítimo a competência é da Justiça Federal.
- b) a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, foi contratado, independentemente do local onde prestou seus serviços ao empregador.
- c) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- d) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.
- e) a Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais previdenciárias e de imposto de renda, decorrentes das sentenças que proferir.

## DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

**41.** O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo. Considerando o que prevê a CLT e a jurisprudência do TST, será devido o adicional de insalubridade:

- a) ao trabalhador em atividade a céu aberto por sujeição à radiação solar.
- b) ao trabalhador que se encontrar exposto a substância insalubre, mesmo após sua descaracterização por ato da autoridade competente.
- c) quando se estiver diante da exposição a ruído contínuo ou outro agente insalubre acima do patamar fixado pelo Ministério do Trabalho, sendo que o fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não irá afastar automaticamente seu pagamento.
- d) quando o trabalhador estiver exposto a agentes insalubres e também perigosos, optando pelo recebimento do adicional de periculosidade.
- e) ao trabalhador que realiza a limpeza de sanitários residenciais.

**42.** Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constitui hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) diligência no desempenho das respectivas funções.
- b) intermitência de conduta.
- c) ato de proibidade administrativa.
- d) a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis do empregado bancário.
- e) perda de requisitos estabelecidos em lei para exercício de profissão, mediante conduta intencional do obreiro.

**43.** Segundo prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), NÃO constitui hipótese ensejadora da rescisão indireta do contrato de trabalho:

- a) forem exigidos serviços defesos por lei.
- b) forem exigidos serviços alheios ao contrato.
- c) for tratado por seus superiores hierárquicos com rigor brando.
- d) correr perigo manifesto de mal considerável.
- e) não cumprir o empregador as obrigações do contrato.

**44.** Sobre o contrato de trabalho por prazo determinado previsto na CLT, é correto afirmar que:

- a) não poderá ser estipulado por mais de 180 dias.
- b) não poderá ser estipulado por mais de um ano.
- c) não poderá exceder noventa dias, no caso do contrato de experiência.
- d) não poderá exceder 45 dias, no caso do contrato de experiência.
- e) não poderá exceder 90 dias, em qualquer caso.

**45.** O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) banco de horas anual e salário mínimo.
- b) teletrabalho e normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- c) participação nos lucros ou resultados da empresa e repouso semanal remunerado.
- d) modalidade do registro da jornada de trabalho e valor nominal do décimo terceiro salário.
- e) regulamento empresarial, troca do dia de feriado e prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.

**46.** Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de \_\_\_\_\_ de trabalho \_\_\_\_\_ corresponderá um repouso de \_\_\_\_\_, os quais \_\_\_\_\_ deduzidos da duração normal de trabalho.

A alternativa que corretamente completa a lacuna acima é:

- a) 90 minutos / consecutivo / 10 minutos / não serão.
- b) 90 minutos / consecutivo ou não / 10 minutos / serão.
- c) 140 minutos / consecutivo / 20 minutos / não serão.
- d) 90 minutos / consecutivo / 10 minutos / serão.
- e) 140 minutos / consecutivo / 10 minutos / serão.

**47.** Em relação ao trabalho intermitente, avalie:

I. Segundo a CLT, o trabalho intermitente não designa uma relação de emprego, uma vez presente a eventualidade na prestação dos serviços.

II. Seguindo a regra geral do Direito do Trabalho, o contrato de trabalho intermitente pode ser celebrado de forma expressa, verbal ou por escrito, ou tácita.

III. Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses.

Está/Estão correto(s) APENAS o(s) item(ns):

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) II.

**48.** A respeito das regras celetistas do teletrabalho, é correto afirmar que:

- a) o teletrabalhador é considerado trabalhador externo.
- b) a legalidade do teletrabalho depende de sua realização fora das dependências do empregador de maneira preponderante.
- c) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas, que exijam sua presença, tem o condão de descaracterizar o regime de teletrabalho.
- d) as disposições relativas à responsabilidade pela aquisição dos equipamentos tecnológicos necessários à prestação do trabalho remoto serão previstas em contrato, verbal ou escrito.
- e) poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

**49.** No que se refere às regras celetistas sobre a jornada de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- b) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- c) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- d) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, com adicional de 50% sobre o valor da remuneração devida à época da prestação dos serviços.
- e) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

**50.** Em seguida a cada período diário de trabalho do jornalista profissional haverá um intervalo mínimo de:

- a) 9 horas, destinado ao repouso.
- b) 10 horas, destinado ao repouso.
- c) 11 horas, destinado ao repouso.
- d) 12 horas, destinado ao repouso.
- e) 13 horas, destinado ao repouso.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICO E GESTÃO PÚBLICA**

Elisabete Moreira

**51.** Em relação à gestão do desempenho, avalie os itens abaixo marcando verdadeiro (V) ou falso (F)

I - A gestão de desempenho faz parte de um processo maior de gestão organizacional que por meio de técnicas de planejamento, acompanhamento e avaliação sistemáticos, permite à organização rever estratégias, objetivos, processos de trabalho e políticas de recursos humanos, visando à correção de desvios e dando sentido de continuidade e sustentabilidade à organização.

II – O Método da Escala Gráfica consiste em avaliar o desempenho dos indivíduos por meio de frases descritivas de determinadas alternativas de tipos de desempenho individual. Em cada bloco de frases, o avaliador deve escolher, forçosamente, apenas uma ou duas alternativas, que mais se aplicam ao desempenho do empregado avaliado.

III – A gestão do desempenho apresenta um caráter tático para as organizações, sendo considerada fundamental na gestão de recursos humanos e, por conseguinte, no processo de atrair, desenvolver e manter o pessoal necessário à consecução dos objetivos organizacionais.

Aponte a alternativa correta.

- a) V, V, V.
- b) F, F, F
- c) V, V, F.
- d) V, F, F.
- e) F, V, F

**52.** A cultura organizacional se refere a um sistema de valores compartilhado pelos membros que diferencia uma organização das demais. Assinale a alternativa que apresenta as características básicas e a essência da cultura organizacional.

- a) Grau de foco; e abertura tecnológica; valorização pessoal; operacionalização produtiva; destaque competitivo; definições operacionais, táticas e estratégicas;
- b) Implementação de visão de excelência; avaliações materiais e pessoais; posicionamento estratégico; desempenho e efetividade operacional.
- c) Descrição de cargos; nível de socialização; comprometimento com as metas; referenciais de qualidade e produtividade; formalização; e racionalização.
- d) Inovação e assunção de riscos; atenção aos detalhes; orientações para resultados, pessoas e equipe; agressividade; e estabilidade.
- e) Capacidade organizacional e operacional; alcance de participações de mercado; coerência administrativa; ritmo de atualizações produtivas.

**53.** Foi Douglas McGregor que promoveu estudos e apontou que o comportamento dos gestores se baseia em dois possíveis tipos de pensamento, que são definidos pelo comportamento dos subordinados, denominado teoria X e Y. Assinale a opção que mostra uma distinção entre esses entendimentos.

- a) A organização faz parte de um sistema aberto. / A organização faz parte de um sistema fechado.
- b) O salário deve ser fixo. / O salário deve ser variável.
- c) Os funcionários possuem aversão ao trabalho. / Os funcionários veem o trabalho como uma atividade de lazer.
- d) A produção é orientada pelo produto. / A produção é orientada pelo cliente.
- e) A qualidade é valor. / A qualidade é custo.



**54.** Em determinado processo de recrutamento e seleção, uma das etapas incluía a realização de entrevistas com os candidatos. O gestor perguntou ao candidato o que o atraía a trabalhar naquela organização e o candidato respondeu que sabia que a organização valorizava os funcionários, dando autonomia para realização do trabalho e permitindo o crescimento profissional, que são valores que ele admirava em uma organização. Levando em consideração esta situação, segundo a hierarquia das necessidades de Maslow, a motivação do candidato é satisfazer necessidades do tipo:

- a) fisiológicas;
- b) de segurança;
- c) sociais;
- d) de estima;
- e) de autorrealização.

**55.** A administração pública brasileira foi marcada por três modelos de gestão: patrimonialista, burocrático e gerencial. A ideia de profissionalização, carreiras estruturadas, hierarquia funcional e impessoalidade são características do(s) modelo(s):

- a) patrimonialista;
- b) gerencial;
- c) burocrático;
- d) patrimonialista e burocrático;
- e) patrimonialista e gerencial.

**56.** A administração pública gerencial caracteriza-se como um governo que pertence à comunidade, chamado de governo empreendedor. Acerca das características desse modelo, aponte a alternativa correta.

- a) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a hierarquia de decisão e a responsabilização.
- b) Aproximando-se do modelo tradicional burocrático, o governo empreendedor pretende controlar a economia, possuir empresas ou concentrar-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- c) A ação catalizadora do governo empreendedor promove a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.
- e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

**57.** De acordo com a literatura pertinente, uma das dimensões da liderança transacional é a

- a) recompensa contingente.
- b) motivação inspiracional.
- c) estimulação intelectual.
- d) consideração individualizada.
- e) influência idealizada.

**58.** A departamentalização é um método de subdivisão do trabalho e dos trabalhadores em unidades organizacionais distintas. Uma das desvantagens da departamentalização funcional está relacionada

- a) à concentração de trabalhadores com habilidades específicas em apenas um foco de atividade
- b) à elevação dos custos administrativos, uma vez que cada unidade tem sua própria equipe especializada em determinada atividade.
- c) ao direcionamento da organização para as necessidades do público-alvo, e não para as funções internas.
- d) a dificuldades na execução de tarefas complexas e de grande amplitude.
- e) a dificuldades de comunicação interdepartamental.

**59.** Em se tratando da gestão por competências, estabelecer as competências organizacionais é fundamental para promover o alinhamento com as competências das pessoas. A respeito de gestão por competência

- a) O levantamento de dados no mapeamento de competências deve se realizar por critérios de pesquisa objetiva, como entrevista e questionário; e métodos subjetivos, como grupos focais ou observação, que devem ser evitados em função do efeito Halo.
- b) As competências básicas organizacionais são apresentadas nas atividades exercidas na organização, inerentes a cada indivíduo.
- c) As competências essenciais necessárias ao funcionamento organizacional são inerentes à estrutura para a realização do trabalho.
- d) Uma das vantagens de mapear competências é a identificação das necessidades de desenvolvimento interno, sendo possível corrigir processos para que se tornem mais eficazes.
- e) A gestão de competências deve ocorrer de maneira sistemática e cíclica e se apresenta em fases subsequentes, a saber: mapeamento de competências; captação de competências; formulação da estratégia organizacional; acompanhamento e avaliação; e, retribuição.

**60.** O modelo de excelência em gestão pública é constituído por fundamentos integradas e interativas, distribuídas em quatro blocos, que dão à gestão a capacidade de corrigir, melhorar ou inovar suas práticas de gestão e, conseqüentemente, seu desempenho. São dimensões desse modelo:

- a) Pessoas, processos, resultados e controle.
- b) Planejamento, execução e controle.
- c) Sociedade, interesse público e cidadania.
- d) Governança, estratégia e planos.
- e) Informação, conhecimento e resultados.

## Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-AJAA-12-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>